

Ao

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2024-PMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 179/2024-PMS

REF.: **RECURSO ADMINISTRATIVO**

A Empresa HIPERLAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 75.397.737/0001-99, sito à Rua Jiliard Higor de Mira, 57 Bairro Itinga – Araquari/SC, neste ato denominada simplesmente RECORRENTE, por meio de seu representante legal Sr. Marcos Arnaut, CPF nº 067.572.689-14, Sócio Proprietário, vem através deste apresentar razões de Recurso Administrativo contra a inabilitação e desclassificação desta Empresa no Processo Licitatório nº 179/2024-PMS, Pregão Eletrônico nº 54/2024-PMS, pelo não atendimento as exigências do edital no que diz a sua qualificação técnica e econômica, no que segue:

01. DOS FATOS

Aos 22 dias do mês de novembro de 2024 às 09:00, foi dado início à sessão do pregão eletrônico Nº 054/2024 de interesse do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, cujo tem como objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na venda de materiais elétricos e prestação de serviços elétricos, conforme as quantidades, especificações, obrigações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Onde, após fase de lances, foram chamadas as empresas conforme ordem de classificação registrada no sistema do portal de compras do governo (ComprasNet) ora classificada INICIALMENTE a RECORRENTE para os lotes 22, 162, 202, 203, 251 e 288; posteriormente classificada também para o item 205; Após análise das documentações realizado pela Comissão de Licitação e Equipe Técnica foi declarado a RECORRENTE inabilitada no processo do referido pregão eletrônico para os itens 22, 162, 202, 203, 251 e 288 e desclassificada para o item 205, como a justificativa de não apresentação de balanço patrimonial registrado e atestado de capacidade técnica com objeto divergente do licitado. Fatos que abaixo esclarecemos, vistas ao cumprimento da integral do edital pela RECORRENTE, esta que obteve classificação e habilitação para os itens 10 e 198.

02. DO DIREITO E OBRIGAÇÕES

02.1. Inicialmente entendemos ser de suma importância trazer à baila previsão legal do Artigo 5º da Lei Federal 14.133/2021, vejamos, *ipsis litteris*:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da

transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

Lei 14133/2021, CAPÍTULO II

DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

“Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

(...)”

Edital, item 11. DOS RECURSOS

“11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.”

“11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata”

03. DA ANALISE

Após vistas ao cadastro SICAF da RECORRENTE, já constava deste a apresentação do Balanço Patrimonial e Atestado de Capacidade Técnica (este emitido pela SAP/SC). Os mesmos documentos foram apresentados em anexo ao sistema Comprasnet, em tempo hábil e tempestivo dentro do prazo estabelecido.

Observou-se durante a sessão e vislumbro ao chat que não houve oportuna diligência à RECORRENTE acerca da apresentação ou complementação dos seus documentos, o que anteriormente se vê oportunizado a outras licitantes.

Em esclarecimento aos documentos apresentados, seguem:

03.1. Balanço Patrimonial – a RECORRENTE foi declarada inabilitada e desclassificada inicialmente devido a “não ter apresentado o balanço patrimonial devidamente registrado”.

Conforme apresentado em anexo a outro item, que posteriormente foi aberto à RECORRENTE para envio de documentos, é de fato utilizado a transmissão de dados de escrituração contábil via sistema SPED, de forma que fora transmitido seu Balanço Patrimonial, bem como seu DRE.

Tal comprovação foi enviada via anexo do sistema Comprasnet quando da solicitação de documentos para outro item que a RECORRENTE fora classificada, bem como anexado no cadastro SICAF, comprovando a regular posse do mesmo, atendendo assim às exigências do item 8.3.2 do Edital.

Edital, item 8.3. PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

“8.3.2. Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com abertura e fechamento dos livros e registros referente ao balanço patrimonial (devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da Licitante);

“8.3.2.1. Para comprovação da letra "8.3.2", as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar o arquivo que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED) e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED);”

03.2. Atestado de Capacidade Técnica - Foi a RECORRENTE inabilitada e desclassificada, naquele momento, pelo motivo de apresentar “atestado de capacidade incompatível com o objeto licitado”. Vistas ao atestado apresentado pela RECORRENTE, o mesmo consta como objeto o fornecimento de materiais para construção civil (objeto semelhante), documento esse oriundo de processo licitatório devidamente conduzido pela **Secretaria de Administração Prisional E Socioeducativa do Estado de Santa Catarina**, através de contrato firmado similar ao licitado, que, de forma alguma deixa de ser Aquisição de produtos da área da construção civil. Documento este, que conforme declarado no mesmo, a RECORRENTE, *ipsis litteris*: *“realizou a entrega dentro do prazo estabelecido mantendo as características exigidas do material, bem como as condições de habilitação para fornecimento à Órgão Público”* (Atestado de Capacidade Técnica).

Edital, 8.4 PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

“8.4.1. Apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter executado os serviços de execução semelhante ao objeto da licitação.”

Resta o devido entendimento que a RECORRENTE tem a capacidade de fornecimento de quaisquer materiais para entes públicos em geral, de forma pontual e mantendo suas devidas características.

Aconteceu ainda, posteriormente a sua inabilitação e desclassificação, que a RECORRENTE foi classificada para novos itens (10 e 198), momento este que foi oportunizado para envio de proposta adequada e anexos, sendo finalmente diligenciado e oportunizado de fato o envio de novos anexos para complementação da documentação. Obedecida e aproveitada a oportunidade para anexarmos outro Atestado de venda, fornecimento e entrega de produtos, juntamente com a nota fiscal do fornecimento, documentos estes que complementam o já apresentado, recebendo o aceite para os itens 10 e 198, restando classificado e habilitado para esses itens.

4. DO RESUMO

Como visto as exigências do Edital do referido processo que levaram a inabilitação da RECORRENTE foram DEVIDAMENTE ATENDIDAS, **e poderiam ter sido diligenciadas anteriormente à tomada de decisão**, levando a sua CLASSIFICAÇÃO e HABILITAÇÃO e evitando o retardo da conclusão dos itens envolvidos, pois além de ofertar o menor preço para os itens, foram atendidas todas as exigências de habilitação Jurídica, Fiscal, Econômica e Técnica. Tal qual fora posteriormente classificada e habilitada para os itens 10 e 198.

Enfatizamos que a RECORRENTE atua há anos na área de venda/fornecimento e entrega de matérias de construção (hidráulico; elétrico; obra, equipamentos; epi e epc; grosso e fino acabamento, dentre outros) acumulando experiências suficientes para atendimento aos clientes e parceiros dentre Empresas privadas e Governamentais.

5. DO PEDIDO

A Empresa Hiperlar Materiais de Construção, após supra exposto, pede pela revisão e reanálise da decisão que a inabilitou para os itens **22, 162, 202, 203, 251 e 288** e desclassificou para o item **205, decidindo pela sua CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO** para tais itens, assim como devidamente foi feito para os itens 10 e 198, pois restou atendido às exigências do Edital e anexos. Pede ainda a manutenção da celeridade processual, os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da igualdade entre os licitantes, do julgamento objetivo, da razoabilidade e proporcionalidade.

Pedimos o DEFERIMENTO, IN TOTUM, do recurso apresentado seguindo as demais fases do processo.

Araquari, SC, 05 de dezembro de 2024.



Marcos Arnaut

CPF: 067.572.689-14

Sócio Proprietário